

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO: CONCEPÇÕES DOCENTES

Marcilene França da Silva Tabosa (1); Sára Maria Pinheiro Peixoto (1); Ana Aparecida Tavares da Silveira (2); Fabyana Soares de Oliveira (3); Maria Aparecida Dias (4)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/UFRN)

E-mail: marcy.s20@gmail.com

Resumo:

O objetivo desse trabalho foi investigar concepção docente em relação ao processo inclusivo do aluno surdo no curso técnico integrado ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN. Foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa e a coleta de informações ocorreu a partir de um questionário estruturado com três professores que atuam na educação de três alunos surdos do ensino regular. Concluímos que o processo inclusivo dos alunos surdos se desenvolve a partir da superação de desafios, do trabalho conjunto professor-Intérprete de Libras, buscando corresponder as necessidades de aprendizagem dos educandos, pois cada aluno sinaliza os caminhos estratégicos a serem percorrido pelos professores, e a formação docente pode contribuir com sugestões estratégicas e de adaptações metodológicas, mas a realidade é de acordo com a particularidade dos alunos nas instituições de ensino.

Palavras-chaves: Inclusão, Surdez, Ensino médio.

Introdução

Em 1909 nasceram as primeiras unidades da Rede Federal de Educação Profissional, na época chamadas de Escolas de Aprendizes Artífices. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em dezembro de 2008, a partir dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), escolas agrotécnicas federais e escolas técnicas vinculadas a universidades, os Institutos Federais estão presentes em todos os estados do Brasil. E para que milhares de estudantes tenham acesso ao ensino médio integrado à formação profissional, foi criado pelo Ministério da Educação o programa Brasil Profissionalizado. (BRASIL, 2010)

No ano de 1967, no Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo nº 168, assegura que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade[...]” (BRASIL, 1967), já anos mais tarde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo nº 205 modifica alguns termos, porém mantendo a mesma percepção da anterior, ela assegura que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade,[...]” (BRASIL, 1988) a partir dessas leis abriu-se possibilidades de acesso à educação para pessoas com deficiências e demais pessoas que se encontravam nas margens sociais.

Em aspectos educacionais da pessoa com deficiência destacamos a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece para a educação especial, diretrizes e bases, nessa lei o currículo, métodos, recursos educativos são assegurados para os alunos com surdez de acordo com as suas necessidades, professores habilitados para o atendimento desses sujeitos em relação a sua diferença linguística e cultural. (CAMPOS, 2014) As Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica definem que “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001, pag. 44).

A Lei 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como “[...] a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-

motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.”(BRASIL, 2002) Três anos depois por meio do Decreto 5.626/2005, o ensino da Libras nas escolas para surdos foi instituído.

Atualmente temos como a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL,2015).

Trabalhar com sujeitos surdos se mostrou um desafio há muitos séculos, é possível imaginar que seja porque o surdo não ouve, mas o que realmente é considerado um problema é o fato desse indivíduo não poder falar. (MOURA,2014) Para Heerdt (2003, p.70), “Evidenciam-se, uma série de desafios, alguns inéditos, que precisam ser assumidos e incorporados na prática docente. A mudança, o novo, o questionamento, o diferente, quase sempre são causa de insegurança e medo. Mas é necessário ousar e enfrentar”. Sabendo dessa limitação que esses sujeitos apresentam no processo de ensino e aprendizagem [...] a escola não pode continuar ignorando o que acontece a seu redor, anulando e marginalizando as diferenças nos processos por meio dos quais forma e instrui os alunos.” (MANTOAN, 2006, p. 186) Ao receber esses alunos a escola deve se adequar diferentes necessidades, mudando sua prática de ensino, dando os subsídios necessários para a garantia o acesso a aprendizagem e a consequente a permanência desses sujeitos no meio escolar. E segundo Araújo (1988, p. 44):

[...] a escola precisa abandonar o modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais.

Existe a necessidade de que a escola trabalhe no sentido de transformar suas práticas de ensino, com o objetivo de alcançar o sucesso de todos os alunos, pois o fracasso e o insucesso escolar fazem com que os alunos abandonem a escola, proporcionando assim um ensino que exclui esses sujeitos.(ARAÚJO, 1988) Sabendo que os alunos com deficiência fazem parte da realidade escolar, esta pesquisa surgiu com o objetivo investigar concepção docente em relação ao processo inclusivo do aluno surdo

Metodologia

A presente pesquisa é de cunho quali-quantitativo, pois a união da pesquisa qualitativa e quantitativa permite uma coleta de informações em maior quantidade do que se possa conseguir isoladamente. (Fonseca, 2002) E para Minayo (2000, p. 22), “O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage, dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.” Como procedimento de coleta de dados aplicou-se um questionário estruturado, para o levantamento de informações sobre acordo com Marconi & Lakatos (1996, p. 88) o questionário estruturado é uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”. O questionário aplicado foi produzido por meio da ferramenta Google Docs, Formulários Google e que segundo (Junior, Lisbôa e Coutinho, 2011, P.32)

Com o intuito de oferecer estas funcionalidades aos seus utilizadores a Google oferece a ferramenta Google Questionários dentro da ferramenta Google Docs, ou seja, permite a construção de questões do tipo abertas ou escolha múltipla que podem ser enviados via e-mail. As respostas obtidas são consolidadas no próprio sistema online e apresentadas em formato de gráficos e percentagens simples.

O questionário foi enviado por meio de um link para o e-mail para 12 professores que atuam diretamente com alunos surdos no ensino médio no curso técnico integrado e 03 professores se dispuseram a responder o questionário elaborado. Aplicou-se um questionário com 08 questões, objetivas de múltipla escolha e subjetivas. Essa pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, com professores de diversas disciplinas que atuam com alunos surdos do curso técnico integrado ao ensino médio.

Resultados e Discussão

O questionário elaborado teve como primeira pergunta o tempo de atuação como Docente na instituição, para que possamos ter uma estimativa de tempo de trabalho exercido na instituição e analisar os dados de acordo com as respostas. Buscando preservar a identidade dos participantes utilizamos palavras professor 1, 2 e 3 como referência dos nomes dos professores. As falas foram transcritas tal como foi respondida por eles. A tabela a baixo representa o tempo de atuação docente na instituição.

Professor 1	4 anos
Professor 2	6 anos
Professor 3	40 anos

Tabela 1 - Tempo de atuação como Docente na instituição - Elaborado pelos autores.

A segunda pergunta questionou-se se os professores já lecionaram com alunos com deficiência, e como podemos observar no gráfico a baixo todos os professores disseram que sim totalizando 100%.

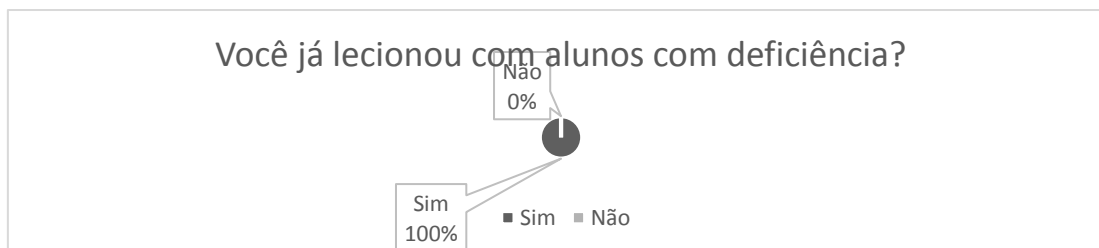


Gráfico 1 - Você já lecionou com alunos com deficiência? - Elaborado pelos autores.

Em seguida perguntamos, “Em caso afirmativo, Qual(is) deficiência(s) e por quanto tempo?”

Professor 1	Surdo, um semestre
Professor 2	Visual por 1 semestre e auditiva por 1 semestre.
Professor 3	Visual (total) e surdo.

Tabela 2 - Em caso afirmativo, Qual(is) deficiência(s) e por quanto tempo? - Elaborado pelos autores.

Podemos observar na tabela que todos eles tiveram experiências com aluno com surdez/auditiva e dois deles tiveram com aluno com deficiência visual.

Na terceira pergunta questionamos como o professor enxerga a presença dos alunos com surdez em sala de aula. E em resposta os professores disseram:

Um desafio, pois é uma nova perspectiva. (Professor 1)

Com otimismo para o futuro. Um mundo inclusivo e justo. (Professor 2)

No momento, como forma de cumprimento legal, porém com implementação de medidas de superação das questões pedagógicas inerentes. (Professor 3)

Para o professor 1 a presença desses alunos é considerada um desafio, uma nova perspectiva segundo Mantoan, (2003) incluir é o produto de uma educação plural, democrática e transgressora, pois provoca uma crise escolar, abalando a identidade dos professores e faz com que a identidade dos alunos seja ressignificada, pois o aluno com deficiência não tem uma identidade fixada nos modelos ideais, permanentes e essenciais.

Por tanto, a presença desse aluno se torna um desafio para alguns professores, que com a prática vai mudando suas perspectivas diante da inclusão.

O professor 2 tem uma visão otimista, para ele a presença desses alunos proporciona um mundo justo e inclusivo. E o professor 3 fala da presença desses alunos como uma forma de cumprimento legal, mas frisa a implementação de medidas de superação das questões pedagógicas próprias dos alunos com deficiência.

A quarta pergunta foi: “Você considera a instituição de ensino preparada para receber os alunos surdos? Ao enviar o questionário notamos um erro de digitação na palavra **preparada**, colocamos **apropriada**, mas foi corrigido a tempo, porém o professor 1 já havia respondido. Mas preservamos a sua perspectiva independente do erro de digitação: *“Qualquer instituição de ensino é apropriada para qualquer aluno, agora se elas são adaptadas é outra coisa. O IFRN ainda deixa a desejar em relação a capacitação de docentes para o atendimento de alunos com deficiência.” (Professor 1)*

O professor frisa que qualquer instituição de ensino é apropriada para qualquer aluno (com ou sem deficiência) o que diferencia é se a mesma é adaptada, na instituição na qual ele trabalha ele diz que a mesma deixa a desejar em relação a capacitação para o atendimento dos alunos com deficiência, sabemos que a é muito importante uma formação, porém não supre todas as necessidades, Nóvoa (1992, p.25) nos alerta que: “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimento ou de técnicas), mas sim por um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal”. A instituição oferta a capacitação, mas como Nóvoa sinaliza é importante que haja um trabalho de reflexividade sobre as práticas e de (re)construção de identidades por parte docente. “Por isso, é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência” (op. cit).

Após a correção dos termos supracitados o professor 2 e o professor 3 responderam o a pergunta dizendo:

“Diante do meu dia a dia vejo que precisamos ter mais conhecimento, acho isso um papel importante da instituição, mas mais da sociedade. Fizemos um curso excelente, mas enquanto eu tinha o curso eu dava aula para os alunos que precisavam do que eu estava aprendendo. Se eu tivesse feito o curso antes, minhas aulas, talvez, seguiria um percurso melhor. Acho também que há poucos intérpretes. Algumas vezes os intérpretes não podiam ir, aconteceu mais no início das aulas, e não tinham intérpretes para substituir. Aprendi no curso o papel do intérprete. E, apesar de achar os intérpretes ótimos, a postura é um pouco diferente da que EU julgo que deveria ser. Mas, confesso,



que também confundi um pouco esta postura no decorrer do semestre. Esta relação professor-intérprete-aluno precisa ser melhorada. Sendo mais específica, eu acho que a interpretação está além de como deveria ser, que as vezes é muito direta, não sei se deu para entender. Eu vejo que alguns intérpretes ficam meio "mecânicos", acho que deveria ser assim. O aluno também não entende que o intérprete é uma ferramenta, as vezes o relacionamento é como de professor. Eu mesma, como já citei, só entendi depois como deveria ser, aliás, como eu acho que deveria ser.” (Professor 2)

O professor 2 reconhece a necessidade de mais conhecimento, e salienta que é um papel importante da instituição de ensino e ainda mais da sociedade. Relata sobre a um curso de formação que considera “*excelente*”, e que o mesmo foi ofertado simultaneamente com as aulas ministradas, em sua concepção esse curso de formação deveria ter ocorrido antes dos alunos estarem em sala de aula, para ele “*Se eu tivesse feito o curso antes, minhas aulas, talvez, seguiria um percurso melhor.*” O professor 2 também ressalta o profissional intérprete de Libras em sua fala, dizendo que “*Algumas vezes os intérpretes não podiam ir, aconteceu mais no início das aulas, e não tinham intérpretes para substituir.*” Alertando sobre uma dificuldade enfrentada não só por essa instituição, mas por diversas instituições, a escassez desse profissional a interação entre os alunos surdos e ouvintes ficam bastante prejudicadas, os surdos ficam limitados em suas participações nas atividades, pois não tem acesso à língua oral, ficam desmotivados pela falta de acesso e pela exclusão de informações. (LACERDA, 2011) Esse professor também destaca que durante a formação aprendeu sobre o papel do Tradutor intérprete de Libras, conta que ouve uma confusão da sua parte em relação ao trabalho desse profissional e que a relação “*professor-intérprete-aluno precisa ser melhorada*” Consideramos essa relação importante para fortalecer o processo de inclusão dos alunos com surdez, e deve ser construída diariamente entre os sujeitos envolvido no processo. Ao final da fala o professor ressalta que a relação do intérprete com o aluno, nota-se que o professores se sentiu desconfortável com atuação do intérprete em sala de aula.

E o Professor 3 diz que “*Apesar da legalidade da medida, não houve tempo suficiente de preparação e adaptações pedagógicas.*”

Nessa questão perguntamos se es alunos com surdez aprenderam e acompanharam os conteúdos da disciplina em sala de aula, e como visto a baixo no gráfico todos responderam que sim.



Os alunos surdos aprendem e acompanham os conteúdos da sua disciplina em sala de aula?

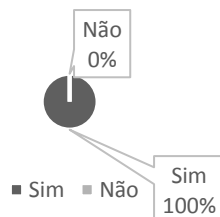


Gráfico 2 - Os alunos com surdez aprendem e acompanham os conteúdos da sua disciplina em sala de aula? - Elaborado pelos autores.

Na questão buscamos saber se o professor recebeu alguma instrução/formação para atuar pedagogicamente com os alunos com surdez e em resposta dois disseram que sim e um disse que não.

Nessa questão perguntamos se caso eles tivessem recebido alguma formação, perguntamos como procedeu e se foi suficiente.

Você recebeu alguma instrução/formação para atuar pedagogicamente com os alunos surdos?

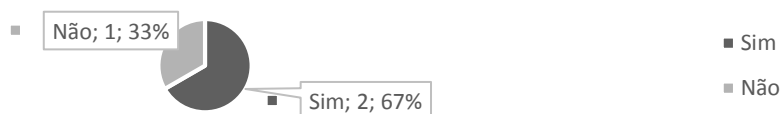


Gráfico 3 - Você recebeu alguma instrução/formação para atuar pedagogicamente os alunos surdos?

- Elaborado pelos autores.

Os dois professores responderam, de acordo com pontos de vista deles, como foi e se foi suficiente para promover a inclusão do aluno com surdez, respondeu: *Aulas quinzenais. Não foram suficiente, foram muito espaçadas e, como já citei acima, foi durante as aulas, eram para as aulas terem acontecido antes. (Professor 2)*

Percebe-se que a instituição ofertou uma formação para esses professores, com aulas quinzenais, porém para o professor 2 não foram suficientes, pois essa capacitação foi concomitante com a experiência que o mesmo tinha em sala de aula, dizendo que essa capacitação deveria ter acontecido antes. Para as instituições de ensino o atual e grande desafio dos cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos, visando desencadear atitudes que permitam a que seja compreendida as situações complexas de ensino, para que os mesmos possam desempenhar seu papel de ensinar e aprender para a diversidade de forma responsável e satisfatória. (PLETSCH, 2009) E o professor 3 diz:

“De forma a suprir necessidades urgentes. (Professor 3)” ou seja, a formação contribuiu para suprir a necessidades urgentes.

Buscamos nessa questão saber qual a melhor maneira de proporcionar a aprendizagem desses alunos, e os professores responderam o seguinte: “*Construir uma base de conhecimento mais solida, como foi dito anteriormente alunos surdos só falam em outra língua e não possuem um deficit cognitivo.*” (Professor 1)

Para o professor 1 a melhor maneira de proporcionar a aprendizagem do aluno surdo é por meio da construção de bases sólidas de conhecimento, pelo fato dos surdos falarem outra língua e não possuírem déficit cognitivo.

“*Eu acho que com suporte extra classe, eles estão tendo, mas o problema maior, eu vejo, no caso dos meus alunos, é a relação que eles têm com a educação que foi baixa. Muitos alunos do IF vêm de escola pública, temos que nos adaptar a esta realidade, mas a realidade deles está abaixo do usual.*” (Professor 2)

O professor 2 cita um suporte extraclasse oferecido para esses alunos, porém cita que o problema enfrentado por ele é o de que os seus alunos apresentarem uma “*educação que foi baixa.*” Ou seja, o aluno surdo chega no ensino médio com dificuldades de aprendizagem em relação aos conteúdos escolares.

“*Com complementações paralelas às aulas normais.* (Professor 3) O professor 3 utiliza a complementação paralela das aulas, essa complementação paralela é uma estratégia utilizada para proporcionar a melhoria da aprendizagem dos seus alunos com surdez.

Na última questão “Houve necessidade de adaptações de recursos e metodologia de ensino nas suas salas?”

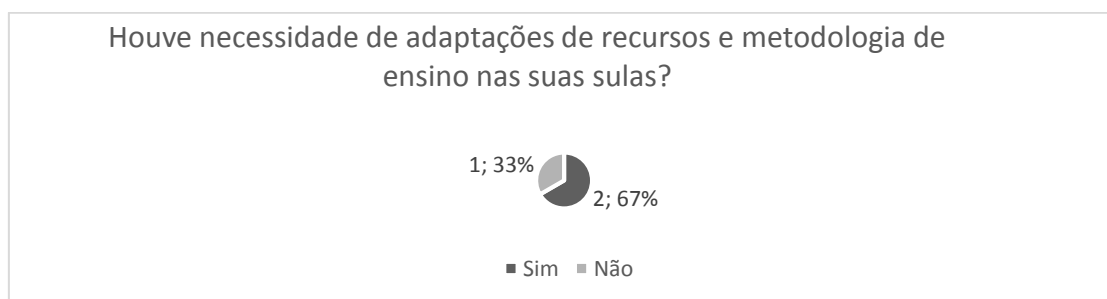


Gráfico 4 -Você recebeu alguma instrução/formação para atuar pedagogicamente com esses alunos. - Elaborado pelos autores.

Podemos perceber nesse gráfico que dos três professores, para um deles não houve a necessidade de adaptações de materiais.

A inclusão do aluno surdo representa uma garantia de igualdade e o acesso à educação, muitos professores, nos primeiros contatos com esse aluno, experimentam inquietações, angústias e desafios que ao longo de suas experiências vão sendo superados.

Diversos assuntos foram abordados pelos professores, dentre eles a formação docente para atuação com alunos com deficiência, nesse assunto podemos perceber que na concepção dos professores é de que a formação deve ocorrer, anteriormente a chegada do aluno com deficiência, que a instituição deixou a desejar em relação a formação dos professores. Sobre a formação de professores e contradizendo a concepção desse docente, Nóvoa, (1992) diz que:

A formação de professores deve ser concebida como uma das componentes da mudança, em conexão estreita com outros sectores e áreas de intervenção, e não como uma espécie de condição prévia da mudança. A formação não se faz antes da mudança, faz-se durante, produz-se nesse esforço de inovação e de procura dos melhores percursos para a transformação da escola. (p.17)

O ideal é a formação anterior a chegada do aluno, mas corroboramos com o pensamento de Nóvoa de que uma formação deve ser feita durante a mudança, pois a realidade de cada aluno é específica e a necessidade de adaptações metodológicas no trabalho com a inclusão exige do profissional a prática, a experimentação e o conhecimento da subjetividade do seu aluno.

Um outro assunto pertinente abordado por um professor é sobre a atuação do Tradutor intérprete de Libras em sala de aula, pois esse profissional é primordial na educação de surdos, e que o seu trabalho deve ser em parceria com o docente, e observamos que os docentes entendem o fazer e o papel desse profissional em sala de aula, porém muitos deles confundem a atuação desses profissionais, pois não quer dizer que o intérprete vai ocupar o lugar do professor em sala de aula ou de ter uma tarefa de ensinar, mas a atuação em sala envolvendo as tarefas educativas o levará a práticas diferenciadas, pois objetivo não é apenas o de traduzir, mas também o de favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo. (LACERDA, 2011).

Portanto, o processo inclusivo dos alunos surdos se desenvolve a partir da superação de desafios, do trabalho conjunto professor-Intérprete de Libras, buscando corresponder as necessidades de aprendizagem dos educandos, pois cada aluno sinaliza os caminhos estratégicos a serem percorrido pelos professores, e a formação docente pode

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

contribuir com sugestões estratégicas e de adaptações metodológicas, mas a realidade é de acordo com a particularidade dos alunos nas instituições de ensino.

Referências

AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 44.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. **O déficit cognitivo e a realidade brasileira**. In:

BRASIL. **Constituição (1967)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1967.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de educação Especial, MEC; SEESP, 2001.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras- Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República. Fernando Henrique Cardoso, publicado no D.O.U. de 25.4.2002.

_____. MEC - Ministério da Educação - **Institutos Federais: Uma conquista de todos os brasileiros**, 2010 – Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/folheto_setec.pdf> Acesso em 01.08.18.

_____, **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005** - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2015.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes. 2014 – In: LACERDA, C. B. F. de; Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos – Org: Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, Lara Ferreira dos Santos. – São Carlos: EdUFSCar, 2014. 254p.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento educacional especializado**: pessoa com surdez. Brasília: MEC, SEESP, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.



HEERDT, Mauri Luiz, Coppi. Paulo de. Como Educar Hoje? reflexões e propostas para uma educação integral. São Paulo : Mundo e Missão,2003. p. 34,69,70.

JUNIOR, J. B. B.; LISBÔA, E. S.; COUTINHO, C. P. - **Google Educacional: Utilizando Ferramentas Web 2.0 em Sala de Aula.** Revista educa online - volume 5- no 1- janeiro/abril de 2011.

LACERDA , C. B. F. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Mediação, Porto Alegre, 2011.

LIMA, F. J.; LIMA, R. A. F. **A educação inclusiva se faz, fazendo: dicas para professores.** In: Múltiplos olhares sobre a inclusão. Martins, L. A. R.; Silva, L. G. S. (Org.) – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental:** novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar.** O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2000). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 17ª ed. Ministério da Ciência e Tecnologia. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes. p.22.

MOURA, Maria Cecilia de. - **Surdez e Linguagem** – 2014. In: In: LACERDA, C. B. F. de; Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos – Org: Cristina Broglia Feitosa de Lacerda, Lara Ferreira dos Santos. – São Carlos: EdUFSCar, 2014. 254p.

NÓVOA, A. - **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSÃO DOCENTE**, Texto publicado em NÓVOA, António, coord. - "Os professores e a sua formação". Lisboa : Dom Quixote, 1992. ISBN 972-20-1008-5. pp. 13-33. 1992

PLETSCH, M. D. - **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas** - Educar, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Editora UFPR.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. Colaboradores Peres, J. A. S. ... (et al.). – 3ª. Ed. – 9. reimpr. – São Paulo : Atlas, 2008.